

Educação: a verdadeira crise

CESAR MAIA *

Em São Paulo e em Minas Gerais, as responsabilidades estaduais em relação ao ensino de primeiro grau alcançam quase 80 por cento, enquanto no Rio de Janeiro não chegam a 30 por cento. O município do Rio é o único do Brasil que tem responsabilidade exclusiva por toda a rede de primeiro grau. Directamente, a rede municipal do Rio (650 mil matrículas) é maior do que a do estado (600 mil).

A transição do Estado da Guanabara para município não foi acompanhada por distribuição de responsabilidades no ensino de primeiro grau, enquanto a receita caiu para menos da metade do que seria se o Rio fosse estado. Pior: a condição de "área de segurança" manteve o prefeito do Rio atrelado ao governador até 1985 (a separação política só veio a acontecer de fato em 1993!) e determinou a absurda centralização dos recursos do salário-educação no estado, subtraindo do município quase 50 milhões de dólares anuais, ou 20 por cento do gasto em Educação.

Não seria exagero dizer que, apesar da propaganda ufanista, vivemos no Rio um processo de dramática involução. E não se atribua esta involução à descontinuidade político-administrativa. Um só partido governou o município ininterruptamente por dez anos, com um só prefeito em 60 por cento do tempo.

Vejam só os espantosos números: durante a administração Marcos Tamoio, o número final de matrículas de primeiro grau alcançou a média anual de 670 mil. O número de unidades escolares era de 770 e, o de professores, 30 mil. No período Klabin-Coutinho, o número de matrículas caiu para 590 mil, em média. O de escolas cresceu para 800 e, o de professores, para 34 mil. No período Haddad-Alencar, o número médio de matrículas caiu para 589 mil, enquanto o de escolas crescia para 836 e o de professores mantinha-se em 34 mil. No período Saturnino, as matrículas caíram para 584 mil. O número de escolas foi para 960 e o de professores para mais de 40 mil. Finalmente, no período completo de Marcello Alencar, as matrículas caíram para a média de 568 mil. O número de professores manteve-se em 40 mil e o de escolas subiu para mil.

Se tomarmos os anos limites, em 1975 tínhamos 685 mil matrículas; em 1976 — "top" — 694 mil. Em 1989, este número havia despencado para 551 mil e, em 1990, para 554 mil. No período Tamoio, tínhamos muito mais matrículas, mas muito menos escolas e professores. Em 93 e 94, a decisão de não negar matrículas elevou o número para 625 mil e mais de 650 mil respectivamente, média de quase 640 mil. O número de unidades escolares recebidas atingiu 1032 e, o de professores, manteve-se em 40 mil, não se considerando as segundas regências, o que, em 1994, representa 6500 "professores regentes" disponíveis a mais.

Se considerarmos o crescimento da população infanto-juvenil, a redução (140 mil) do número absoluto de matrículas nos períodos 75/76 e 89/90 se mostra ainda mais dramático. Seja qual for a razão, esta é uma tendência de longo prazo, que só começou a ser revertida — sustentadamente — entre 92 e 94. Entre 91 e 94 o número de matrículas cresceu 90 mil. A decisão de abrir as escolas expôs os problemas, encobertos pelo discurso e pela rejeição às matrículas. Terminaram as manchetes do tipo "faltam vagas nas escolas" e afloraram outras, como "faltam professores e materiais". Diria que é o preço da transição de um momento em que as palavras escondiam a rejeição às matrículas, ou seja, às crianças, para outro momento em que se expõem e se partilham os problemas.

A questão mais polêmica talvez seja a tendência de longo prazo de proletarização da profissão de professor. Esta tendência será inexorável se não conseguirmos definir fontes adicionais de financiamento da Educação e a reestruturação da profissão. A situação do Rio é limite: é, no mundo todo, a cidade que tem a maior rede de ensino básico financiada por seus próprios recursos. Em São Paulo essa responsabilidade é 30 por cento menor que a nossa. Em países como França, Grã-Bretanha ou Itália, o financiamento do ensino básico (contratação e pagamento) é de responsabilidade do governo central. Assim, a criança não é prejudicada por viver em uma região mais pobre.

O problema não é só carioca, a questão crítica da remuneração do magistério de primeiro grau é geral. O piso vai de um salário mínimo nos estados mais pobres, a 2,7 na cidade de São Paulo, passando pelos 1,8 do estado de São Paulo e cerca de dois salários mínimos no Rio e no estado do Rio.

As greves têm sido laboratório de observação deste fenômeno. Quase sempre a radicalização ocorre nos segmentos de renda média. O impacto que estes segmentos produzem é cada vez mais externo. Isto é bom? O multiplicador cultural deste fenômeno certamente não será positivo. O casal-símbolo dos anos dourados — a normalista e o cadete — está mudando de bairro.

Que fazer? O problema crítico — me parece — está na hegemonia, nesta área, da esquerda tradicional, que só consegue enxergar as funções sociais dentro da ação direta do Estado. A esquerda velha não consegue diferenciar a instância pública da instância estatal. Para ela, o desenvolvimento do magistério e da escola é um processo que antagoniza governo e professores, vistos, na prática, fora dele. Mais grave: é um processo que só interessa a usuários, excluindo a sociedade. As eleições dos diretores, fora de uma carreira específica, é exemplo disto.

A concepção estatizante da escola tem seu apogeu nos Cieps, cuja equação financeira inviabiliza a universalização do ensino. Os dados sobre matrículas no Rio,

nos últimos 20 anos, mostram que, apesar da continuidade político-administrativa por uma década, o projeto educacional dos governos petistas fracassou: o número de prédios cresceu 36 por cento nestes 20 anos, mas o de matrículas caiu mais de 15 por cento, enquanto a demanda potencial por matrículas crescia dois a três por cento ao ano. O jogo perverso da esquerda velha, ou seja, a criação de ilusão quanto à capacidade do Estado de resolver todos os problemas, inclusive do magistério, tem obtido sucesso promocional, embora seja um desastre nos resultados, aprofundando a crise.

Em nossa visão, a solução começa com o entendimento de que a escola é um equipamento público — de responsabilidade básica do Estado e de gestão e financiamento articulados com a sociedade, usuários diretos ou não. Este é um primeiro passo para vencer as limitações financeiras. O segundo é a reestruturação administrativa e funcional. O sistema de dois patamares paralelos — magistério e alunos — levará à proletarização inexorável. É fundamental a introdução de tecnologia capaz de desmassificar a profissão, criando uma base de monitores em uma pirâmide de profissionais bem remunerados. A máquina administrativa terá de ser descentralizada e concentrada ao mesmo tempo, minimizando o número de não-regentes e enfrentando a questão da paridade, quando a profissão mudar de qualidade. Cada vez mais, a escola, individualmente, terá de procurar seus caminhos, a partir de orientação e financiamento gerais do Estado. A introdução de um sistema de produtividade pode ser uma sólida ponte nesta transição.

O simples hábito de reivindicar não levará a nada. Não há recursos para a expectativa que se tenta criar. Se elevássemos o piso de uma matrícula para três salários mínimos, o adicional na folha do magistério, de ativos e aposentados, seria superior a 100 milhões de dólares anuais — um terço dos recursos disponíveis para todas as despesas que não de pessoal. Com quatro salários mínimos, o valor chegaria a 190 milhões de dólares, ou 55 por cento dos recursos disponíveis, que não de pessoal. Portanto, esta equação não será resolvida com confronto, principalmente enquanto o prefeito souber fazer a conta. Pior: o confronto vai isolando a fração cada vez menor de professores de extração média e de renda exclusiva que, ao invés de cumprirem seu papel de vanguarda, se excluem num partidarismo irracional e autofágico. Iniciam um processo e não sabem como conclui-lo, porque não oferecem solução.

A reestruturação da Educação exige mais do que reivindicações. Exige reflexão sobre o nó administrativo e funcional, e uma ação unitária e contínua de governos e profissionais da Educação fora da ciranda macabra dos profissionais do confronto destas faixas carcomidas da esquerda.